

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL
Ata da 81ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 01/10/2019- 9h30min.
FT- UNICAMP - Limeira/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
ASSEMAE	Rogério Padula Santamaria (T)
	Ana Cristina Persicano Pinto (S)
BRK Ambiental Limeira	José Gilberto Ribeiro Coelho Júnior (S)
	Nilto Cândido Faustino (S)
CDRS	Tatiana Marcola Piovezani
CETESB	Lívia Fernanda Agujaro (T)
	Lúcia Vidor de Sousa Reis (S)
DAAE Jundiá	Karen Cristina Tasaka (T)
DAE Rio Claro	Natália Molina Franco (T)
	Mariana V. de Campos Kouichi (S)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Claudoaldo Viana dos Santos (T)
FT/UNICAMP	Cassiana Maria R. Coneglian (T)
IPSA -C	Dejanira de F. de Angelis (S)
	Dilza A. N. de Oliveira Leite (S)
	Luciana de Souza (S)
	Maria Benedita Bortolazzo
Paula Cintia Tavares	
Mackenzie - Campinas	José Geraldo Romanello Bueno
OAB-SP	Juliana C. Mansano Furlan (T)
P.M. de Ipeúna	Márcio A. Gomes Ramos (T)
Rotary Rio Claro C. Azul	Dejanira de F. de Angelis (T)
SAA	Tatiana Marsola Piovezani
SANASA	Rogério Padula Santamaria (T)
	Ana Cristina Persicano Pinto (S)
SORIDEMA	Dejanira de F. de Angelis (S)
SUCEN – Campinas	Odair Ferreira Leite (T)
VISA - Cordeirópolis	Vanderlei Ocimar Marangom (T)
Visa -RC	Mariane M. Rodrigues (S)

Membros Ausentes	
Entidade	
DAE Americana	
DAE Jundiá	
GAEMA – PCJ	
Rotary Club Campinas Norte	
SUCEN - Campinas	

Membros que justificaram ausência	
Entidade	
ABES-SP	
CENA/USP	
DAAE Santa Bárbara do Oeste	
UNESP -Rio Claro	
VE - Rio Claro	

Estiveram presentes	
Entidade	Representante
Miguel M. Milinski	DAAE – Rio Claro
Kaique Duarte Barretto	Agência PCJ (FIESP-SP)

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos dois dias do mês de outubro foi realizada a 81ª reunião da CT-SAM, cujo convite e pauta foram enviados por via eletrônica no dia 22 de setembro de 2019. A coordenadora Lucia Vidor Reis iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e deu-se início à pauta. **1. Aprovação da Ata:** foi aprovada por unanimidade. **2. Palestra:** A seguir, o Sr. Jose Walter Figueiredo, coordenador do Programa Verde Azul, proferiu uma palestra sobre o assunto. Ressaltou que a logomarca do Verde Azul é o símbolo que confere vantagens ao Município participante, refletindo a preocupação ambiental a sustentabilidade e no âmbito comercial, o selo agrega valor ao produto. Recentemente a logomarca foi refeita visando retratar a sustentabilidade. O programa foi criado em 2007 e sua meta vai até 2028, quando será elaborado um balanço de todas as metas, com todas as atividades acadêmicas (tese, dissertações e TCC) e só então poderá sofrer alterações. A função básica do Verde Azul é estimular o trabalho com indicadores, são 85 tarefas propostas por pessoas de diversos setores, e aceitas desde que sejam comuns a todos os Municípios (638, atualmente) Para que a ação seja um indicador, por exemplo, avalia-se por comparação quem trata melhor o esgoto e não o custo do tratamento (a nota independe do porte da cidade). O Verde Azul trabalha com a gestão de serviços, mas o programa tem custo zero para o Município e para o Estado (somente os funcionários), incentiva o conhecimento, e a busca de informação frente aos órgãos governamentais, por exemplo, o Município tem que participar obrigatoriamente de uma Câmara Técnica dos comitês de bacias. Esta cobrança visa a participação efetiva e a conscientização para os problemas ambientais. O Verde Azul tem um plano de metas, e períodos de análise, em abril os Municípios são avaliados por um técnico que atribui as notas de desempenho, cujo boletim é

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 81ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 01/10/2019- 9h30min. FT- UNICAMP - Limeira/SP

enviado ao prefeito. Os Municípios com maior dificuldade na pontuação, terão mais 2 meses para melhorar as ações e no final de julho ocorre a solenidade de entrega dos certificados. De outubro a abril é o prazo para elaborar o relatório das ações desenvolvidas, e submetidas à avaliação do programa. São 10 ações que vão totalizar 100 pontos. Se a nota for baixa, o técnico vai discutir com o prefeito visando melhorar as ações para que possa ser certificado. Dentre estas, a arborização é a mais difícil de ser cumprida (pouco se conhece sobre a prática e tem-se apenas uma universidade com um departamento e dois especialistas (ESALQ). Lívia relata que a Cetesb deixou de fazer a fiscalização da arborização nos condomínios da Coab (no manual deixou ser obrigatória), e que a questão da pontuação pode gerar motivação e não uma obrigação como antes com fiscalização. O Município sustentável tem diretrizes para sustentabilidade que são trabalhadas no Programa Verde Azul por meio de um plano de metas (não precisa ser muito detalhado). Este plano de gestão é imprescindível para se cadastrar no programa. Lívia (Cetesb) questionou se os planos tem alguma interface com os das bacias PCJ. Segundo o coordenador, o programa não se opõe a estes planos, mas também não avalia, pois não é uma ação comum aos demais participantes. Na verdade, o programa segue todos os indicadores propostos e faz diversas capacitações à distância e presenciais, comandadas por técnicos (anjos, assim chamados pelos participantes do projeto). As capacitações são dinâmicas, mantem o programa ativo, são trabalhados temas atuais, por exemplo, SISÁGUA e por vídeo conferencia abre-se uma sala para discussão. Os técnicos são generalistas, só orientam para se olhar o problema, por exemplo, se é poluição do ar, chamam um especialista, por ex. de um departamento da Cetesb para informações (tirar dúvidas agendamentos em todas quartas-feiras). Quando o Município vai para a capacitação presencial, tem-se um tira dúvidas diário. Há uma troca significativa de informações por e-mail ou telefone com os técnicos do programa. Lucia questiona sobre as parcerias no projeto. O coordenador salienta que já tiveram algumas, mas atualmente está havendo maior incentivo, maior acessibilidade do Secretário do Meio Ambiente que está facilitando o trabalho, desde a divulgação em geral sobre o programa. Todos os órgãos se reunindo para resolver problemas, representa um ganho na qualidade, inclusive, com a cobrança constante de relatórios de atividades. Não se faz um programa Verde Azul se não estiver integrado com a agricultura. A Sabesp está contribuindo muito para a resolução de problemas num trabalho integrado para capacitação. O programa possui 4 etapas para capacitação anual: primeira - é básica para cada administração municipal; segunda, a reunião com o sistema ambiental (órgãos

ambientais como o Cetesb, VISA, entre outros); no terceiro, a capacitação é a presencial e em grandes reuniões e no quarto, a capacitação entre os Municípios para treinamento. São escolhidas 5 atividades de ações com notas altas e baixas, para o treinamento em grupo com os Municípios para atribuição de nota. Este treino é importante, pois está previsto que na próxima administração os municípios farão uma avaliação do desempenho entre si, facilitando o trabalho do técnico para concluir a nota final. Lucia complementa que desta forma começa a haver uma valorização pelo próprio Governo das atividades que estão sendo desenvolvidas (saneamento, arborização, entre outras) tudo pela questão de se manter o selo (peso político). Os Municípios paulistas, uma vez por ano fazem uma reunião de capacitação para atividades administrativas de rotina, como fazer uma pauta adequada para uma reunião. Jose Walter cita que os avanços têm sido consideráveis, tanto em aquisição do conhecimento como de organização. As reuniões presenciais são para discussão seguindo as 10 diretivas principais, e conseqüentemente com ações mais elaboradas e efetivas. São 85 tarefas, dentre estas 51 de gestão e 34 de ações. Estimular o Município para a geração de energia, é uma ação de sustentabilidade que faz a reflexão sobre as outras formas de energia renovável (bagaço-de-cana) e como conseguir na prática incentivos para sua geração. Outra tarefa importante ao Município sustentável é o da construção da casa sustentável um desafio aos engenheiros que normalmente estão acostumados com uma visão cartesiana. Lívia comenta que a Cetesb também avalia projetos urbanísticos de muitos Municípios e nota-se que alguns estão mais desenvolvidos na questão da sustentabilidade, se preocupam com a construção de estruturas para a população, como parques lineares, ciclovias, áreas de lazer e diversão, enquanto outros, apresentam um projeto padrão oferecido pelo empreendedor. O coordenador do Programa acrescenta que o trabalho em pequenos grupos de Municípios tem dado bons resultados na troca de experiência e com estímulos e motivação para as atividades do programa Verde Azul. A gestão do Município sustentável abrange 10 diretrizes: a primeira é estrutural, trabalhar com o todo, para cada item são propostas estratégias visando a sustentabilidade, incluindo a Educação Ambiental e ações de gestão participativa; Conselho municipal, importante na tomada de decisão, estão começando a se fortalecer; biodiversidade; gestão da água; uso e ocupação do solo; qualidade do ar; resíduos sólidos e arborização. Todos os setores são trabalhados, cada item inclui 10 ações de sustentabilidade. Cada diretiva vai constituir um projeto que deverá ter uma estrutura básica: Diagnostico – para se ter uma proposta de um instrumento de comunicação para desenvolver a questão ambiental; Proposta - estabelecer um

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 81ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 01/10/2019- 9h30min. FT- UNICAMP - Limeira/SP

período de tempo, gerar um cronograma e como pretende fazer; Resultados - coloca o que se espera alcançar. Este treinamento vai propiciar o aprendizado e consequentemente vai melhorar a qualidade dos projetos dos Municípios, inclusive para as bacias PCJ. Por exemplo, a ação de conservação de espécies nativas, como a presença de corujas na área urbana pode gerar um projeto que vai valorizar e respeitar a presença destes na área urbana, sendo uma tarefa para o problema na sua realidade. Outra diretiva, a água, cujo foco são as nascentes, especialmente a conservação destas, para tal e fundamental a presença do agricultor que tem forte interação e aliado a ações de Educação Ambiental, envolvendo uma escola (professor e alunos), depois envia-se um relatório resumido (somente duas fotos), ao programa, cujo foco é a preservação da nascente. Este ano, lançaram o IQA a partir de todos os pontos de coleta da bacia, todos os valores são somados e tira-se a média dos valores de todos os Municípios. Lívia salienta que desta forma não aparece dados de um local, ficando mais representativo depois desta integração. O coordenador complementa que assim somando-se os valores de cada um até sair da bacia, a somatória de todos até o exutório gera um valor médio, representativo do comitê, mas muitos Municípios não ficam satisfeitos, pois possuem melhor qualidade de água, mas isto força a união dos Municípios para manutenção e melhoria da qualidade da água. O coordenador cita que houve uma abertura para o treino no programa, o técnico da prefeitura vai ao sistema de água faz um boletim de análise e passa a estudar o sistema de trabalho. Faz um relatório de como a água chegou e saiu do tratamento e se há resíduo. O técnico do Verde Azul analisa se o relatório é verídico, mas a reflexão sobre sistema cabe ao técnico da prefeitura. Com o tema água faz-se educação ambiental. Lucia questiona se o IQA bom é uma tarefa que vale ponto. Jose Walter confirma que o IQA vale 2,5 pontos, são 81 tarefas para as quais os Municípios têm que analisar e responder a todas as ações propostas para manter ou melhorar a nota. Lívia pergunta como é dada a nota. O coordenador explica que a nota vale 10 pontos, sendo que para cada diretriz vale 9 pontos (atitudes para solucionar) e 1 ponto representa a proatividade (o que o se tem de diferente dos outros municípios) é a solução que o Prefeito vai dar para resolver a questão, assim o cálculo para a nota tem as seguintes proporções: 15% para a atitude do gabinete do prefeito; 60% para a ação dos técnicos e 25% do IQA mais 1 da proatividade do prefeito. Lucia comenta que a CT-SAM está pretendendo fazer um ranqueamento, a classificação dos Municípios, e pergunta se o Programa Verde Azul poderia disponibilizar dados. O Coordenador do programa diz que os dados estão publicados em diversos meios de comunicação, mas que não teria condições de disponibilizar dados internos

dos cálculos, dado ao volume de informações. Reforçou que o Programa Verde Azul somente analisa se os valores encontrados garantem a ação proposta. Rogerio (Sanasa) pergunta sobre a disponibilidade de dados no SISAGUA. Jose Walter explica que até o dia 10 de cada mês, cada Município tem que disponibilizar os dados no sistema, fiscalizado pela VISA. O Programa Verde Azul utiliza estes valores que o SISAGUA passa mensalmente. No entanto, a chance de equívocos é grande, são muitos Municípios cadastrando dados, se a pessoa não estiver hábil, poderá trocar os cadastros de água bruta com a de abastecimento. Rogério explica que por 2 vezes a SANASA ficou sem poder registrar os dados no SISÁGUA, primeiro por problemas técnicos com a senha de acesso, e posteriormente os dados já estavam preenchidos, pois o cadastro é aberto e pode-se registrar os dados equivocados. José Walter salienta que o Município deveria ser responsável pela informação e que há necessidade de muita atenção, devido à semelhança entre os cadastros água bruta e de abastecimento. Mudanças são necessárias, como a proposta do SISÁGUA para fiscalizar as ETAs. Lívia lembrou que foi feita uma discussão na câmara técnica sobre a questão da fiscalização, pois existem vários agentes e fica uma interface dúbia, quem fiscaliza o que? Na ETE a Cetesb fiscaliza de forma ambiental, não tem nada com o setor de trabalho, a VISA fiscaliza a instalação já licenciada por outro órgão. Lucia acrescenta que as Agências Reguladoras - ARES tanto autorizam como aplicam multas. Jose Walter acredita que a ARES vai ser a solução. O último exercício de ação do Programa Verde Azul foi feito com o envio de um link, que correspondeu ao comunicado 35, contendo o mapa atualizado de localização das nascentes de todos os Municípios paulistas participantes e estes teriam que projetar ações prioritárias para recuperação e ou preservação destas nascentes até 2028. O projeto Nascentes, supre o Município, que envia um projeto, descrevendo o entorno da mina e localiza o produtor rural (condição obrigatória para se inscrever no Projeto Nascentes). Esta ação, os Comitês deveriam fazer, afirmou José Walter. Para a recuperação de nascentes sempre há dinheiro, em tese. Após o Município formular o projeto, o Projeto Nascentes, faz um levantamento dos devedores ao Estado (tem um decreto que diminui em 70% a dívida da empresa). Na pratica, o mais difícil é o produtor dar o aceite. Profa. Dejanira pergunta se há benefícios ao produtor rural. Jose Walter acredita que pode ajudar, pois tem o CAR- Cadastro Ambiental Rural que foi aprovado na Câmara, seria feito por iniciativa Programa Verde Azul e com recurso de um TAC ambiental. Lívia comenta que muitos programas não se comunicam entre si, falta articulação, apesar de possuírem os mesmos objetivos, por exemplo o projeto LUISA, e o Projeto Nascentes, um da

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 81ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 01/10/2019- 9h30min. FT- UNICAMP - Limeira/SP

Agência PCJ e o outro do Governo, percebe-se que não convergem entre si, estes deveriam se integrar e pontuar para o programa. O coordenador cita que para o Programa Verde Azul, estes servem, e complementa que a integração atualmente passou a fazer parte do discurso do Secretário do Meio Ambiente e que este governo baseado na integração vai dar um progresso imenso nas ações. A cobrança esta aumentado, citou que o próprio, vai ter que fazer um relatório detalhado de suas atividades no projeto. Depois de 12 anos, o Programa Verde Azul, criou o indicador cobertura vegetal, que depois de muita discussão houve o consenso de somar os valores da vegetação dos quintais, jardins, praças, arborização de ruas, e APPs. Lucia pergunta se a arborização urbana gera pontos. Jose Walter disse tratar-se de uma diretiva que vale 10 pontos. No entanto, compreende atividades com diferentes graus de dificuldade, seja na eletricidade, calçadas, poda, substituição das arvores, etc, ainda não se tem pessoal especializado para tais tarefas. Como funciona cada diretiva: atitude, para o Município Sustentável é importante as ações a serem desenvolvidas. Melinski pergunta se pode elaborar mais de uma ação nas diretivas. José Walter cita que a Resolução SMA 33 de 28/03/18, (37 páginas) tem-se na integra todas as ações que compõem o Município sustentável e estas se resumem a tarefas como: desenvolvimento sustentável de comunidades, em situações de risco; habitação sustentável (faz parte ABNT) com metas de economia de energia, de água, etc; lei do DOF para garantir a fiscalização ato de cidadania e da madeira para vender o produto elaborado com selo de garantia de atitudes sustentáveis; atividades de madeira para o comercio de madeira de lei cadastradas com certificado de procedência; plano de resíduos sólidos, avaliar o problema destes, entre eles a matéria orgânica que pode ter outros fins mais nobres; ações de difusão da Educação Ambiental para uma das três diretivas, água, solo e ar. Lucia pergunta se a Câmara Técnica poderia se apropriar destas notas e divulgar nos Comitês PCJ. Lívia complementa que seriam alguns indicadores. José Walter responde que é a demanda do Comunicado 35, que possui 255 dados de água. Lívia ressalta que está havendo uma tendência de se usar selo nos mais variados produtos, assim as empresas poderão usar este selo? José Walter afirma, e cita que, algumas usinas de açúcar vão exportar ganhando um dólar a mais só pela presença do selo e empresas de roupa fitness também estão aderindo ao selo. Algumas atividades podem ser feitas para estimular o programa, como: Municípios do PCJ poderiam votar nas empresas que mais contribuíram aos Comitês poderiam receber prêmio de ambientalista; o Programa está planejando premiar a equipe que mais ajuda as outras. Tem regiões que são mais difíceis de trabalhar, inicialmente eram o Vale do

Paraíba, do Ribeira, e o PCJ, porém nos últimos anos houve boa adesão dos comitês. Lucia pergunta, para finalizar, quais seriam em resumo, os benefícios do Programa Verde Azul. O coordenador explica que o selo agrega valor ao produto. Está havendo uma divulgação internacional do programa na Bélgica, Áustria entre outros países europeus. O programa desenvolveu uma forte ligação com: tribunal de contas; secretaria da agricultura e turismo, ligados às condições ambientais. Está havendo um progresso político nos discursos dos prefeitos que defendem ações voltadas para a sustentabilidade ambiental. A integração de secretarias como da Agricultura e do Meio Ambiente representa um ganho importante para o desenvolvimento de ações ambientais sustentáveis. Lívia cita que a CT vai elaborar um projeto de água segura. O coordenador rapidamente complementou que deveria ser com resíduos da construção civil, que possuem além de animais peçonhentos, resíduos que poluem a água e o solo. A profa Dejanira comentou que esta palestra veio de encontro à proposta da CT-SAM de se integração com outras CTs das bacias PCJ. Lucia agradeceu a presença do coordenador do programa, que se comprometeu voltar e abordar com mais detalhe os 255 dados da diretiva Água. **3. Finalização do Plano de trabalho período 2020 – 2021.** A coordenadora Lúcia fez uma apresentação das propostas, as quais foram sendo discutidas, e redigidas no plano preliminar com a proposta das atividades: Acompanhamento dos estudantes de pós-graduação; Desenvolvimento do planejamento estratégico dos Comitês PCJ; Acompanhamento e validação da elaboração de uma Guia Prático para o Desenvolvimento de um Plano de Segurança da Água (PSA); Avaliação de reenquadramento de corpos hídricos, visando a segurança da água, no âmbito das bacias PCJ; Participação nas atividades de debate para finalização dos cadernos temáticos da revisão do Plano de Bacias em consonância com a Política de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ; Seminário anual da CTSAM; Avaliação de fatores que impactam a segurança dos recursos hídricos em pontos de interesse das bacias PCJ. **4. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a coordenadora Lúcia agradeceu a presença de todos e foi dada por encerrada a reunião.

Lucia Vidor de Sousa Reis
Coordenadora da CT-SAM

Luciana de Souza
Coordenadora-adjunta da CT-SAM

Dilza Aparecida Nalin de Oliveira Leite
Secretária